

Trabalho e saúde de professoras e monitoras de creche pública no município de Vitória da Conquista, BA, Brasil

The work and health of teachers and monitors in a public nursery in Vitória da Conquista, BA, Brazil (abstract: p. 15)

Trabajo y salud de maestras y monitoras de guardería pública en el municipio de Vitória da Conquista, BA, Brasil (resumen: p. 15)


Daniela Almeida de Jesus Silva^(a)

<cerestconquista@gmail.com> 

Katia Reis de Souza^(b)

<katreis@ensp.fiocruz.br> 

Gideon Borges dos Santos^(c)

<gidborges@ensp.fiocruz.br> 

^(a) Centro de Referência em Saúde do Trabalhador, Secretaria Municipal de Saúde de Vitória da Conquista. Avenida Otávio Santos, 618, Recreio. Vitória da Conquista, BA, Brasil. 45020.210.

^(b, c) Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana, Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fiocruz. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Este artigo teve como objetivo conhecer a relação entre o trabalho e a saúde de professoras e monitoras de creche pública no município de Vitória da Conquista (Bahia, Brasil). Para tal, realizou-se uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório. Foram efetuadas dez entrevistas por meio de um roteiro semiestruturado de questões. No que concerne ao método empregado para análise dos materiais, foi adotada a técnica de análise de conteúdo, chegando-se a quatro temas principais: precarização, sobrecarga e intensificação do trabalho; gestão, política e conflitos; diferenças entre o trabalho de professoras e monitoras; e educação, saúde e cuidado. Por fim, considera-se necessário que o trabalho, em sua relação com a saúde, seja objeto de diálogo com vistas a gerar mudanças, segundo a perspectiva dos trabalhadores, de modo a reforçar o aspecto relativo à cooperação e ampliação do campo de criação coletiva.

Palavras-chave: Saúde do trabalhador. Creches. Professores de ensino pré-escolar.

Introdução

Em sua origem, a história das creches públicas no Brasil esteve ligada à área de promoção social como direito de mães trabalhadoras. A formação pedagógica das professoras não era uma preocupação, posto que a maioria delas não tinha qualificação específica e algumas sequer eram alfabetizadas¹. O contexto de feminização do trabalho docente, que esteve historicamente associado à baixa valorização social e financeira das professoras, encontrou assento no fato de as creches atenderem às crianças da classe trabalhadora mais pobre. Essa perspectiva assistencial acabou por consolidar a ideia que o “cuidado” transcorre naturalmente, em detrimento de uma intencionalidade educativa.

De fato, durante os anos 1980, as reivindicações dos movimentos populares pela democratização da educação ampliaram a estrutura da rede pública e organizaram a Política Nacional de Educação Infantil como direito da criança de zero a seis anos. Contudo, foi na década de 1990 que se iniciou o debate público sobre o direito da criança à educação e o dever do Estado de oferecê-la, efetivando conquistas da Constituição de 1988. Naquela década, a exemplo do que preconizou o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), foram estabelecidos os mecanismos de participação e controle social na formulação e implementação de políticas públicas para a infância².

Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9394/96, as creches assumiram o caráter de instituição de ensino e adotaram programas curriculares de acordo com as necessidades das crianças. Em termos concretos, a Educação Infantil passou a fazer parte da agenda da educação do país, e não mais da assistência social. Nesse contexto, merece particular atenção a luta em defesa do caráter formativo das creches, o que também contou com ação expressiva de profissionais que nelas atuavam, na medida em que exigiam melhores condições de trabalho e maior participação no projeto pedagógico institucional³.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (DCNEI) representaram um avanço importante ao definir creches e pré-escolas como espaços institucionais não domésticos, pautados em princípios éticos e políticos, tais como: autonomia, responsabilidade, solidariedade, exercício da criticidade, respeito ao bem comum, ao meio ambiente, às diferentes culturas, às identidades, às singularidades e à ordem democrática. Além disso, a Educação Infantil assumiu a tarefa de desenvolver a sensibilidade, criatividade, ludicidade, liberdade de expressão; e as manifestações artísticas e culturais da criança⁴.

Decerto, os avanços obtidos pela Educação Infantil com a instituição da LDB 9394/96, da DCNEI e do ECA não resultaram necessariamente em alterações significativas nas condições profissionais de muitos educadores de creches. Estudos como os de Cruz⁵ apresentam dados significativos a respeito da situação de creches no Brasil, como os baixos salários e a longa jornada de trabalho (superior a quarenta horas semanais), além de mostrar que boa parte dos coordenadores pedagógicos e professores concebem como principal tarefa da Educação Infantil preparar o aluno para a 1ª série; poucos são os que afirmaram seguir uma proposta pedagógica em seus estabelecimentos e um número significativo de professores sequer sabia o que isso significava, o que denota uma forte tendência a associar o trabalho pedagógico de creches à antecipação da escolaridade.

Mais grave ainda pode ser a situação de saúde em que os professores de creches se encontram, na medida em que necessitam enfrentar condições adversas no cotidiano que, muitas vezes, exigem-lhes extrair de maneira dramática razões e sentidos para a atividade que realizam.

Em um retrato geral dos estudos sobre trabalho e saúde de professoras e monitoras de Educação Infantil no Brasil, observou-se um quadro de diminuta publicação e baixa visibilidade acerca dos problemas cotidianos que adotam a perspectiva das próprias trabalhadoras. Silva e Silva⁶ chamam a atenção para aspectos como mobiliário de trabalho inadequado, pausas insuficientes e prevalência de dor nas regiões lombar, torácica, pescoço e ombros. Diferentemente das atividades em outras séries do ensino, o professor de Educação Infantil despende um maior contato físico e emocional com seus alunos, realizando tarefas específicas e simultâneas com muitas crianças, como carregá-las no colo, levantá-las do chão, agachar-se, ajoelhar-se e curvar-se. Como consequência, as professoras estão sujeitas a uma série de problemas que vão desde LER (lesões por esforços repetitivos) até transtornos psiquiátricos como tensão, ansiedade, frustração e depressão^{7,8}. Nessa mesma linha, Masselli⁹ identifica diferentes fontes de desgaste e estresse como barulho, vulnerabilidade e choro das crianças, além da própria desvalorização social da atividade docente na Educação Infantil. Complementarmente, deve-se considerar as análises de Luchesi¹⁰ sobre alterações vocais decorrentes da dificuldade das professoras exercerem controle sobre as crianças e, ainda, os estudos de Simões e Latorre¹¹ sobre disfonia como problemas evidentes em profissionais de creches. Na prática, as questões de saúde relacionadas ao trabalho contribuem para que professoras e monitoras de creches vivenciem absenteísmo, licenças, abandono da carreira e despersonalização, caracterizando a síndrome de *burnout*. Destarte, são comuns referências ao desencantamento entre a idealização de ser professora e o enfrentamento das condições reais de trabalho^{10,12}. É nesse contexto que objetivamos compreender a relação entre o trabalho e a saúde de professoras e monitoras de creche pública, na perspectiva de quem realiza o trabalho.

Quadro teórico-metodológico

No escopo da tradição marxista, Harvey¹³ assevera que as relações humanas envolvidas no processo de trabalho, além de complexas, constituem-se em assunto essencial, e os trabalhadores, dentro do processo de trabalho, “no chão de fábrica” (p. 89), são capazes de resistirem, protegerem-se e, continuamente, provocarem mudanças. Realizado “a portas fechadas”, o processo de trabalho é um campo particular e é nele que se situa o processo saúde-doença, no qual somente aqueles que trabalham sabem o que realmente acontece.

Em termos estruturais, Harvey¹³ destaca que o capitalismo trouxe para o século XXI o aprofundamento das desigualdades sociais, estagnação econômica e alta taxa de desemprego. As forças da esquerda tradicional, como os sindicatos, encontram-se fragilizadas para fazer oposição sólida ao poder do capital. A subtração de direitos adquiridos como aposentadoria, saúde e educação públicas que, por mediação do Estado, deveriam fornecer proteção social aos trabalhadores, são negadas em nome da retidão fiscal. Como contraponto, Harvey¹³ advoga a tese de que deve-se reforçar a dimensão coletiva do trabalho de modo que os trabalhadores possam apropriar-se

do seu conteúdo social, do controle de tempo, dos processos e dos produtos que os compõem no próprio ambiente de trabalho, no qual o capital afeta diretamente o corpo e a saúde dos trabalhadores.

Do ponto de vista da saúde, encontramos na concepção vitalista de Canguilhem¹⁴ aquela que pode ser definida como busca permanente de equilíbrio e normalidade. Nesse enfoque, um organismo saudável não depende apenas de sua capacidade de adaptação, mas também de competência normativa, segundo a qual os indivíduos instituem continuamente novas normas de vida e de interação com o ambiente. Assim, saúde não significa apenas ausência de doença ou simplesmente alterações quantitativas e qualitativas dos organismos. Para explicar melhor qual o significado de saúde, Canguilhem¹⁴ recorre à metáfora do “luxo biológico”, ou seja, o movimento pelo qual os organismos, mesmo em estado de doença, restabelecem-se e criam condições em busca de saúde e de normalidade. O fulcro é compreender como os indivíduos mobilizam suas inteligências em torno de estratégias para lutar contra as adversidades do cotidiano, as doenças, a loucura e a morte. A normalidade, portanto, não é um atributo dado, mas um movimento de defesas operadas, individual e coletivamente, visando à proteção e garantia da integridade física e mental dos organismos.

Imersos em contexto de precarização laboral e de relações hierárquias autoritárias, poucas têm sido as oportunidades para uma reflexão mais aguda sobre os processos de trabalho na Educação Infantil, especialmente na perspectiva das trabalhadoras. Nesse contexto educacional, a dicotomia entre o pensar e o fazer, conforme preconizou Gramsci¹⁵, floresce e cede lugar para adversidades que tornam a atividade de educar um fardo, podendo levar os professores ao adoecimento e, por consequência, queda na qualidade da formação dos alunos. Não que a causa de adoecimento dos professores se constitua nas poucas oportunidades de reflexão sobre o trabalho, mas sim nas condições adversas em que eles se encontram¹⁶. Contudo, a reflexão é um passo a ser dado na tentativa de transformar os processos de trabalho, posto que a ação docente é atravessada pelos significados que os professores constroem a respeito do seu próprio trabalho.

Vale mencionar que a ideia de educar, segundo Mészáros¹⁷, constitui-se na busca pelo sentido da educação em sua relação com o trabalho. Na obra desse mesmo autor, encontra-se uma questão que nos inspira a pensar os processos de trabalho na educação como centro das análises: como construir uma educação cuja principal referência seja o próprio ser humano e o seu trabalho? Se a questão nos interessa é porque faz extrair sentido para o trabalho docente, de maneira a compreender sua estreita relação com a saúde e a defesa da vida no trabalho.

Do ponto de vista metodológico, no que concerne aos procedimentos da pesquisa de campo, desenvolveu-se um estudo de caráter qualitativo e de cunho exploratório que, de acordo com Gil¹⁸ (p. 43), visa proporcionar uma visão geral e aproximativa de um determinado fato. Quanto à técnica de investigação, realizaram-se entrevistas individuais e semiestruturadas, procedimento a partir do qual o investigador formula perguntas abertas, sendo flexível no que diz respeito ao roteiro de questões¹⁸.

O estudo foi realizado no município de Vitória da Conquista (BA), que conta com o total de 21 creches, sendo 11 municipais e dez conveniadas. O local da pesquisa foi uma creche municipal que funciona em prédio próprio. Situa-se em bairro periférico do espaço urbano e oferece às crianças atendidas, com idade entre dois a cinco anos

de idade, quatro refeições diárias, higiene corporal e atividades pedagógicas. Conta com um quadro de dez professoras, 18 monitoras, três coordenadoras, uma diretora, uma professora que atua na brinquedoteca, duas cuidadoras, quatro merendeiras, um porteiro e um auxiliar de lavanderia. O critério de escolha da creche foi a acessibilidade ao local e a receptividade ao estudo.

Para participar das entrevistas, adotou-se como critério de inclusão professoras e monitoras pertencentes ao atual quadro de funcionários da creche e que aceitassem participar da pesquisa. Essa escolha decorreu do fato de essas profissionais lidarem diretamente com as crianças, algo que interessava ao nosso estudo.

Foram feitas dez entrevistas, sendo cinco com professoras e cinco com monitoras. Quanto ao perfil das participantes, todas eram do sexo feminino, graduadas em Pedagogia e com especialização na área de Educação. A exceção são duas monitoras que possuem apenas curso técnico de magistério. Observa-se que o gênero feminino está presente em quase todas as referências aos estudos sobre creche, algo que mantivemos na redação deste texto, uma vez que todas as participantes pertenciam ao sexo feminino; não havia funcionários homens na creche investigada.

Concernente ao método empregado para interpretação das entrevistas, foi usada a técnica de “análise de conteúdo”, mais especificamente a análise temática. Consoante Minayo¹⁹, essa técnica consiste em refletir e explorar os significados e simulacros do conteúdo de um texto, considerando a presença e ausência de determinados tópicos que denotam relevância, valores e representatividade no *corpus* analisado.

De acordo com a autora, a análise temática desdobra-se em três etapas, que foram adotadas na realização deste estudo: na primeira, foram feitas aproximações ao material de análise, por meio de repetidas leituras, retomando simultaneamente os questionamentos e objetivos iniciais do estudo; a segunda consistiu no procedimento de identificação e classificação de excertos por categorias temáticas de análise, de acordo com os sentidos e significados; e, na terceira etapa, as categorias foram analisadas em diálogo com a literatura.

Deve-se considerar ainda que, para a identificação das falas das entrevistadas, foi usada a designação da função na creche (professora ou monitora), seguida de uma numeração correspondente à ordem de realização das entrevistas.

Este estudo obteve aprovação do CEP da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/Fiocruz por meio do parecer CAAE 54812516.6.0000.5240.

Resultados e discussão

Chegou-se a cinco eixos empíricos e temáticos principais de análise, a saber: precarização, sobrecarga e intensificação do trabalho; gestão, política e conflitos; diferenças entre o trabalho de professoras e monitoras; e educação, saúde e cuidado.

Precarização, sobrecarga e intensificação do trabalho

Nas entrevistas, chamou a atenção a “falta de tempo”, no horário da creche, para o planejamento e realização das atividades pedagógicas, o que contribuiu para o trabalho extensivo, além da jornada normal de quarenta horas, caracterizando sobrecarga de

atividades e precarização do trabalho na educação. Isso inclui, entre outros fatores, a degradação das condições materiais do trabalho, a intensificação laboral e a invasão do tempo de lazer e descanso das professoras²⁰.

Desenvolvemos atividades com elas até às 10h; elas vão para o recreio até às 10h15; esse é o tempo que a gente tem sem as crianças, pra gente fazer um lanche, pra ir ao banheiro e, às vezes, nem dá pra fazer isso com tranquilidade. (Professora 1)

[...] 15 minutos de intervalo é insuficiente porque a Educação Infantil é muito corrida. Eu acho que deveria ter um intervalo maior. Tenho 22 alunos pela manhã e 23 à tarde; não há banheiro na sala [...]. Esse intervalo não é pra o nosso descanso; sempre fica faltando algo para concluir. Se a gente tivesse mais 10 minutos pra gente sentar e respirar de fato [...]. É um trabalho que exige muito de você, interfere na saúde [...]. Levo muito trabalho pra casa. Deveria ter aqui um intervalo um pouco maior. (Professora 3)

Certamente, as pausas são constituídas como tópico fundamental para a saúde, devendo ser objeto de debate entre trabalhadores sobre a organização do trabalho. Esse tipo de conhecimento, que advém da experiência dos trabalhadores, deve ser considerado no contexto da realização do trabalho docente, sob pena de adoecimento dos professores²¹.

A atividade de educar crianças é representada como sendo bastante difícil e não se refere apenas à complexidade do fenômeno educativo, mas ao desprazer e cansaço que vêm acompanhado na realização dessa tarefa. Isso, obviamente, pode ter reflexo no que as monitoras constroem de sentido em torno de seu trabalho, cuja situação, nesse aspecto, é similar à das professoras.

A gente trabalha sem motivação; a gente fica ali doida pra dar a hora de ir embora. O trabalho tem que ser prazeroso, eu tenho que ter prazer [...]. Antes, a gente tinha folga; tiraram a folga. (Monitora 1)

Ocorreram muitas mudanças aqui. Quando vim pra educação, tivemos que trabalhar o regime de quarenta horas. Falaram que iam nos adequar à função, inclusive financeiramente. Todo mundo acreditou. Mudou secretário, não aumentou o salário e triplicou o trabalho. (Monitora 2)

As monitoras especificaram críticas à carga horária diária de trabalho de oito horas em turmas com até 25 crianças. Sobre esse aspecto, convém referenciar a intensificação do trabalho revestida pelas práticas de exploração e opressão das monitoras como o prolongamento da jornada e o intenso ritmo de trabalho, o que demanda aumento da sua capacidade física, psíquica e intelectual. De acordo com Pina e Stotz²², os processos de intensificação do trabalho determinam uma pluralidade de agravos à saúde e de manifestações de desgaste e sofrimento difuso dos trabalhadores. Além do mais, para os autores, a intensificação contribui para o enfraquecimento da capacidade coletiva dos

trabalhadores defenderem a saúde, bem como questionarem os problemas atinentes ao processo saúde-doença no trabalho.

Nessa mesma perspectiva, identificou-se a sobrecarga de trabalho como outro problema, considerando tanto o elevado número de crianças a serem atendidas em sala de aula quanto a qualidade de atenção prestada.

[...] porque 25 alunos nessa faixa etária é muito complicado; a gente trabalha com crianças que estão em níveis diferentes de aprendizado, além das questões emocionais dessas crianças que a gente tem que dar conta. E você não dispõe de dinâmica de grupo, de tempo pra dar uma atenção mais individualizada... Eu acho que quando os alunos faltam e ficam em um número de 16 ou 17 alunos o trabalho rende mais. (Professora 1)

Essa situação adversa não influencia apenas a saúde do professor, mas o processo de formação em sua totalidade, de maneira que as situações de aprendizagens ficam determinadas pelas condições inadequadas de trabalho.

Aqui precisa muito de material lúdico, como brinquedos em sala de aula. Sinto falta e é de extrema necessidade pra meninos nessa idade. (Professora 3)

Do ponto de vista das professoras e monitoras, o ambiente de trabalho é visto como sendo caracterizado pela precariedade. A falta de material pedagógico e didático para dar suporte ao trabalho com as crianças são alguns exemplos que, segundo Santos¹⁶, oferecem obstáculos ao trabalho do professor. Em virtude dessa adversidade, os professores criam atividades alternativas ao modo convencional de trabalhar, de maneira que, segundo o autor, reduzem o desgaste, mas elevam a banalização do processo educacional.

Gestão, política e conflitos

As entrevistas mostraram diversos tipos de conflitos internos referentes à gestão da creche:

A direção aqui é muito difícil, desde o início, porque colocaram na direção pessoas que não são qualificadas para o serviço, porque você tem que ter os cursos adequados e a diretora não tem. Você vê que não são pessoas aptas para estarem na gestão e onde os ímpios governam; os justos padecem, que são os funcionários. Eles não veem isso. É tipo assim: quem está na casa grande não quer ver quem está na senzala se lascando. Já existiram vários conflitos por causa da ausência do saber da gestão, gestão inapta. (Monitora 1)

Eu gostaria que mudasse a direção, eu gosto de trabalhar com crianças. Se não gostasse, já teria saído. Mas do jeito que está não sei se aguento mais dois anos. (Monitora 2)

Tratam-se de comentários atinentes, sobretudo, ao despreparo de gestores no trabalho com Educação Infantil, resultado da interferência dos governantes na esfera local de trabalho. Consoante Souza e Rozemberg²³, políticas e medidas governamentais que são desenvolvidas no âmbito da educação podem ser determinantes nas atuais condições de saúde dos profissionais da educação, sobretudo quando há ausência de critérios claros de valorização desses profissionais, predominando relações que contribuem para reprodução do poder e da subordinação em detrimento da participação, autonomia e criatividade. Assim, a menção da entrevistada acerca dos antagonismos entre gestores (designados como “ímpios”) e funcionários (denominados como “justos”) faz uma clara alusão à opressão existente nos ambientes de trabalho da creche.

A metáfora “ímpio”, no contexto da pesquisa para designar os gestores, refere-se ao não reconhecimento, por parte destes, do trabalho que os professores realizam: “eles [gestores] indicam lá e então a diretoria é obrigada a fazer o que eles querem”. Trata-se de um não reconhecimento pelo excesso de trabalho realizado – “quem está na casa grande não quer ver quem está na senzala se lascando”. O resultado é um esgarçamento das relações socioafetivas que esvazia o sentido do trabalho que monitores e professores realizam: “do jeito que está não sei se aguento mais dois anos”.

Cabe, nesse ponto, algumas observações relativas ao reconhecimento no trabalho procedentes da análise da psicodinâmica. De acordo com Dejours²⁴, trata-se de uma retribuição de natureza simbólica, favorecendo os trabalhadores no que se refere à sua realização pessoal e edificação da identidade social. O reconhecimento pode transformar o sofrimento em prazer. Ao contrário, se a dinâmica do reconhecimento e da cooperação estiverem paralisadas, impedem o processo de compensação psíquica ou somática. A rigor, o reconhecimento pode ser interpretado como armadura e defesa para a saúde mental no trabalho.

Com efeito, professoras e monitoras se ressentem de momentos dedicados ao planejamento coletivo com a participação de todo o grupo de trabalhadores da creche e criticam o direcionamento de uma gestão que privilegia o trabalho individualizado em detrimento da colaboração e da integração. De acordo com Souza²⁵, fazem-se necessárias mudanças de paradigmas do atual modelo de gestão predominante na Educação e da atual estrutura baseada em modelos verticais de organização do trabalho escolar.

Diferenças entre o trabalho de professoras e monitoras

A rotina das monitoras é similar à das professoras; contudo, as monitoras declaram possuir uma sobrecarga de trabalho maior, que se intensifica, principalmente, nos momentos de recreação das crianças.

Aqui o tratamento é diferenciado entre professoras e monitoras. As professoras sentam e comem e as meninas da cozinha dão cafezinho pra elas; a gente come com as crianças. (Monitora 2)

Eu amo o que eu faço. Desenvolvo trabalhos relacionados ao que eu estudei. A gente precisa receber um salário digno como o dos professores, porque também somos profissionais. (Monitora 4)

O professor, ele tem o recreio dele, de manhã e de tarde. A gente fica com a mesma turma o dia todo e não tem direito ao recreio. Então isso pra gente é frustrante. O horário de recreio nosso é junto com os meninos. Os professores, nesse momento, ficam na sala deles; as volantes tomam conta das crianças [...]. Vejo a diferença entre professor e monitor: financeiramente e nos momentos de recreio. (Monitora 1)

O trabalho na creche está organizado da seguinte forma: as turmas com faixa etária de quatro e cinco anos têm no máximo 25 crianças e contam com, somente, uma professora em regime de tempo parcial, exceto aquelas turmas que possuem crianças com deficiência, que também contam com uma monitora. Já as turmas com crianças na faixa de dois e três anos estão organizadas com o mesmo número de alunos, embora fiquem sob a responsabilidade de duas monitoras, em regime de tempo integral.

No tocante especificamente ao trabalho prescrito das professoras, a rotina tem início às sete horas, momento em que organizam o ambiente e recebem as crianças em uma roda de conversa. Na sequência, elas acompanham os alunos ao local do café da manhã e, às oito, retornam para a sala de aula, onde começam a desenvolver as atividades pedagógicas. Às dez há um intervalo de 15 minutos para recreação das crianças que ficam sob a responsabilidade de monitoras volantes. Quando retornam à sala de aula, as professoras realizam atividades de correção de trabalhos de casa ou contam histórias. O horário do almoço é às 11h e às 13h as professoras retornam para o segundo turno que se encerra às 17h, com rotina semelhante à do turno matutino.

Quanto ao trabalho prescrito das monitoras, a rotina é iniciada às 7h30, quando elas fazem o acolhimento das crianças em sala de aula na roda de conversa. Às oito, seguem ao refeitório para o café da manhã e às dez acompanham as crianças na recreação de 15 minutos. Retornam em seguida para sala de aula onde desenvolvem atividades pedagógicas. De 12h às 14h é o intervalo do almoço e repouso das crianças, quando as monitoras fazem sua pausa e as monitoras volantes assumem o cuidado das crianças. O período da tarde é dedicado às atividades de psicomotricidade e socialização, com 15 minutos para o lanche das crianças às 15h30. Às 16h30, as crianças jantam e, em seguida, retornam para suas casas. Às 17h30, o trabalho das monitoras é encerrado.

Verificaram-se diferenças importantes na organização do tempo de trabalho entre professoras e monitoras, pois, embora ambas as categorias trabalhem em regime de quarenta horas, professoras atendem em períodos parciais, enquanto monitoras trabalham em regime integral. Além disso, sobressaem a diferença nos horários de encerramento de turnos (17h para professoras e 17h30 para monitoras) e a ausência de 15 minutos (manhã e tarde) de intervalo para monitoras nos momentos de recreação das crianças. Outra importante diferença refere-se à faixa de idade atendida: professoras atendem crianças de quatro e cinco anos e as monitoras, de dois e três anos. Todavia, na visão das monitoras, as diferenças relevantes dizem respeito à pausa de trinta minutos, ao tratamento recebido pelas professoras e às diferenças salariais. Quanto a esse último aspecto, Ongari e Molina⁸ afirmam que o salário é um dos aspectos de insatisfação de educadoras de creche que é potencializado ao ser comparado com o das colegas de pré-escola. Trata-se de elemento observado pela ausência de um plano de cargos e salários e de políticas públicas equânimes para professores da Educação Infantil.

Por outro lado, como lembram Neves e Seligman²⁶, a despeito do sofrimento alusivo às relações hierárquicas, da longa e exaustiva jornada de trabalho e turmas lotadas, verificam-se aspectos do trabalho de professores que são fonte de prazer, principalmente no que diz respeito à relação com os alunos e colegas, que se tornam estruturantes do ponto de vista da subjetividade.

Com as colegas monitoras a gente não tem muito contato, acaba sendo aquele trabalho mais individualizado. Mas quando tem uma oportunidade como agora, que é dia de planejamento, eu gosto de puxar conversa e de falar o que a gente vai trabalhar. (Professora 3)

Para Sato²⁷, deve-se reconhecer a possibilidade de serem realizadas micronegociações nos locais de trabalho que garantam ao trabalhador o papel de sujeitos do conhecimento a respeito das condições de trabalho e saúde. Decerto, os trabalhadores são atores que podem conduzir mudanças para a preservação da saúde, encaminhadas, sempre, a partir do grupo primário de trabalho, de sorte a minimizar diferenças e assimetrias sociais. Contudo, as trabalhadoras demonstram grande envolvimento e empenho no trabalho, como identificamos na pesquisa.

[...] uma que enxuga e outra que troca as fraldas, veste a roupa; é muito cansativo, então a gente reveza: um dia, uma dá banho, uma tira e bota a roupa. As crianças são muito trabalhosas. Na minha sala tem uma criança que é especial. (Monitora 1)

Por certo, saídas de caráter coletivo no que concerne à organização colaborativa do trabalho existem, embora pouco explicitadas e precisando ser ampliadas como experiência do grupo de trabalho para defesa da saúde.

Educação, saúde e cuidado

As monitoras e professoras afirmaram que, após um tempo de trabalho na creche, passaram a apresentar queixas de saúde, principalmente relacionadas a aspectos psicológicos e a fatores emocionais, tais como estresse, irritação e falta de paciência. As monitoras, particularmente, ainda destacaram outros problemas emocionais como depressão e ansiedade.

Estresse todo dia, porque o fato de ser sozinha com 22 de manhã e 20 à tarde [crianças em sala de aula]. Ainda mais [crianças] de 5 anos, que requer muita atenção. (Professora 2)

No meu emocional? Eu tomo remédio e foi por causa do meu trabalho. Quando eu cheguei aqui eu cheguei bem, então, desde 1999 eu estou aqui [...] sinto dor no corpo todo. Eu acho que foi depois do trabalho, porque aqui mexe com o emocional, com o psicológico, com tudo. (Monitora 1)

O meu psicológico está abalado. Fico desestruturada, nervosa, estressada. Tudo me irrita. (Monitora 2)

Para Gomes e Brito²⁸, a atividade de trabalho do professor é marcada pela variabilidade de múltiplos fatores: gestão, política educacional, composição e tamanho das turmas, infraestrutura material das escolas e organização do tempo laboral. Isso pode resultar no que Inocente²⁹ define como estresse no trabalho, ou seja, reações físicas e emocionais decorrentes de exigências que vão além da capacidade e dos recursos do educador. Segundo o autor, o estresse ocupacional está relacionado a fatores de riscos psicossociais que interferem na saúde dos docentes.

Gomes e Brito²⁸ afirmam que a sobrecarga de trabalho dos profissionais da educação tem implicações sobre a saúde e podem, em um quadro geral, suscitar problemas osteomusculares, psíquicos, vocais, entre outros. Esses dados são convergentes com outros estudos, como os de Simões e Latorre¹¹, que enfatizam as condições precárias de trabalho de professoras e monitoras de creche, favorecendo o surgimento de problemas de saúde como LER e Dort, resultado das intensas jornadas de trabalho.

A posição que a gente trabalha. O banho que a gente dá: a gente abaixa, levanta, e isso acaba prejudicando a coluna. Várias colegas estão com problemas de coluna e eu estou desencadeando também. (Monitora 2)

Porque as cadeiras da sala eram para crianças de acordo com a idade; não eram pra nós porque eram cadeiras pequenas. Tive que solicitar uma cadeira por causa das dores na coluna. (Professora 1)

As professoras criticam o tamanho e porte do mobiliário da creche que, embora sejam adequados para as crianças, não são apropriados para os adultos. Ademais, durante as entrevistas sobressaiu o aspecto referente à relação entre a prática do cuidado e o processo de educação, colocado em prática junto com as crianças.

Porque a escola não pode ser um depósito. Deve ser um local onde a criança e o profissional se sintam bem e se desenvolvam bem. O que se planta hoje, colhe amanhã. Então, gente tem que plantar coisas boas. Você quer fazer um bom trabalho e a sobrecarga do professor em sala de aula tem deixado a desejar. (Monitora 5)

Só que a realidade de creche mudou. Creche, agora, não é mais assistencialista; não é só cuidados. Você está vendo ali, hoje é dia de acertar, vai ter o projeto das crianças, a gente está nesse projeto, tudo o que o professor faz, a gente faz e é cobrado. (Monitora 1)

Ao que parece, a integração entre o educar e o cuidar, como defendem Alves e Veríssimo³⁰, não é reconhecida como a principal função do trabalho em creche. O cuidar seria um elemento complementar à educação, capaz de ampliar as funções de caráter pedagógico, assim como desenvolver aptidões fundamentais para a formação das crianças em seus aspectos físicos, psicológicos, culturais e éticos. Seja como for, ao observar e analisar o trabalho da creche deve-se considerar que o cuidar e o educar constituem-se em um par indissociável, a se realizar não apenas pelas professoras e

monitoras, mas por toda a equipe, além de contar com a participação das famílias das crianças³¹.

Se os pais fossem presentes [...] tem criança pequena que vem de transporte, a gente não conhece o pai, não conhece a realidade, assim, os dois meninos especiais, eles não falam. (Professora 4)

Trata-se de levar em consideração os saberes da experiência daqueles que estão envolvidos no processo educativo junto com as crianças, como as famílias e as organizações sociais da comunidade local. De acordo com Maranhão e Sarti³¹, compartilhar cuidados infantis demanda dos profissionais preparo e disposição para escutar crianças, pais, comunidade e, se possível, constituir espaços de reflexão coletiva sobre cuidado e educação. Importa também considerar e valorizar o contexto histórico, social e cultural ao qual as crianças pertencem.

Considerações finais

O presente estudo mostrou que a construção de saberes e práticas que integrem cuidar e educar na atenção infantil é um grande desafio a ser enfrentado pelos educadores, especialmente por professoras e monitoras.

Percebeu-se que instalações adequadas e recursos para desenvolvimento do trabalho pedagógico junto com as crianças, dirigidas às classes populares, foram historicamente estruturadas de modo precário, persistindo como um problema no cenário da Educação Infantil, com prováveis efeitos sobre o trabalho e a saúde de seus trabalhadores, o que indica a realização de novos estudos.

Notou-se que aspectos como precarização, sobrecarga, intensificação do trabalho e conflitos de gestão podem refletir sobre as condições de saúde das educadoras e afetar as atividades e o sentido do cuidar e do educar as crianças.

Constataram-se referências ao estresse em ambas as categorias profissionais estudadas, o que pode estar vinculado ao processo de trabalho na creche. Observaram-se diferenças de exigências entre professoras e monitoras relacionadas à organização do tempo de trabalho, com destaque para a ausência de pausa de trinta minutos para as monitoras, o que deve ser matéria de diálogo entre as educadoras para redução de conflitos e defesa coletiva da saúde. No tocante às questões de gênero, não foram possíveis de serem aqui analisadas, porém, não são desconsideradas, já que trata-se de uma força de trabalho com perfil fortemente feminino, devendo ser objeto de aprofundamento em novos estudos. Quanto ao tópico alusivo à isonomia salarial, compreende-se a sua defesa como um direito constitucional para todas as categorias de trabalhadores implicadas na construção de um plano de cargos e salários associado à política de Educação Infantil, algo que deve estar sob a liderança do sindicato de classe.

Por fim, considera-se necessário que o trabalho e a saúde sejam matérias de diálogo, de modo a gerar mudanças sob a ótica dos trabalhadores, e que essas mudanças nos locais de trabalho também sejam conduzidas pelas próprias mãos daqueles que vivem o cotidiano escolar, com a intenção de integrá-los, reforçando o aspecto relativo à cooperação e a ampliação do campo de criação coletiva no trabalho.

Contribuições dos autores

Todos os autores participaram ativamente de todas as etapas de elaboração do manuscrito.

Direitos autorais

Este artigo está licenciado sob a Licença Internacional Creative Commons 4.0, tipo BY (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR).



Referências

1. Iza DFV, Mello MA. Significado e sentido da atividade de brincadeira para professoras de educação infantil. *Educação (Santa Maria)*. 2009; 34(2):279-94.
2. Brasil. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero à seis anos. Brasília: Ministério da Educação; 2003.
3. Kuhlman Jr M. Histórias da educação infantil brasileira. *Rev Bras Educ*. 2000; (14):5-18.
4. Brasil. Ministério da Educação. Parecer 7/2010. Diretrizes curriculares nacionais gerais para a educação básica. *Diário Oficial da União*. 14 Jul 2010.
5. Cruz SHV. A creche comunitária na visão das professoras e famílias usuárias. *Rev Bras Educ*. 2001; (16):48-60.
6. Silva LG, Silva MC. Condições de trabalho e saúde de professores pré-escolares da rede pública de ensino de Pelotas, RS, Brasil. *Cienc Saude Colet*. 2013; 18(11):3137-46.
7. Paschoal JD, Machado MCG. A história da educação infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. *Rev HISTEDBR*. 2009; 9(33):78-95.
8. Ongari B, Molina PM. A educadora de creche: construindo suas identidades. São Paulo: Cortez; 2003.
9. Masselli MC. Estresse e trabalho de monitoras de creche: uma abordagem multidisciplinar [tese]. Campinas: Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas; 2001.
10. Luchesi KF, Mourão LF, Kitamura S, Nakamura HY. Problemas vocais no trabalho: prevenção na prática docente sob a óptica do professor. *Saude Soc*. 2009; 18(4):673-81.
11. Simões M, Latorre M. Prevalência de alteração vocal em educadoras e sua relação com a auto-percepção. *Rev Saude Publica*. 2006; 40(6):1013-38.
12. Souza AN, Leite MP. Condições de trabalho e suas repercussões na saúde dos professores da educação básica no Brasil. *Educ Soc*. 2011; 32(117):1105-21.
13. Harvey D. O enigma do capital e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo; 2011.
14. Canguilhem G. O normal e o patológico. Rio de Janeiro: Forense Universitária; 2010.
15. Gramsci A. Cadernos do cárcere. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira; 2006. v. 2.
16. Santos GB. Os professores e seus mecanismos de fuga e enfrentamento. *Trab Educ Saude*. 2009; 7(2):285-304.



17. Mézaros I. A educação para além do capital. São Paulo: Boitempo; 2005.
18. Gil AC. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5a ed. São Paulo: Atlas; 1999.
19. Minayo MCS. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 8a ed. São Paulo: Hucitec; 2004.
20. Druck MG. Trabalho, precarização e resistências. *Cad CRH*. 2011; 24(1):37-57.
21. Souza KR, Brito JC. Sindicalismo, condições de trabalho e saúde: a perspectiva dos profissionais da educação do Rio de Janeiro. *Cienc Saude Colet*. 2012; 17(2):379-88.
22. Pina JA, Stotz EN. Intensificação do trabalho e saúde do trabalhador: uma abordagem teórica. *Rev Bras Saude Ocup*. 2014; 39(130):150-60.
23. Souza KR, Rozemberg B. As macropolíticas educacionais e a micropolítica de gestão escolar: repercussões na saúde dos trabalhadores. *Educ Pesqui*. 2013; 39(2):433-47.
24. Dejours C. Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2004.
25. Souza KR. Mudanças necessárias no trabalho em escolas: a visão dos profissionais da educação e o enfoque da saúde do trabalhador. *Educ Rev*. 2014; 30(3):291-313.
26. Neves MY, Seligman NS. A dor e a delícia de ser (estar) professora: trabalho docente e saúde mental. *Estud Pesqui Psicol*. 2006; 6(1):63-75.
27. Sato L. Prevenção de agravos à saúde do trabalhador: replanejando o trabalho através de negociações cotidianas. *Cad Saude Publica*. 2002; 18(5):1147-57.
28. Gomes L, Brito J. Desafios e possibilidades ao trabalho docente e à sua relação com a saúde. *Estud Pesqui Psicol*. 2006; 6(1):49-62.
29. Inocente NJ. Estresse ocupacional: origem, conceitos, relações e aplicações nas organizações e no trabalho In: Chamon EMQO. *Gestão e comportamento humano nas organizações*. Rio de Janeiro: Brasport; 2007.
30. Alves RCP, Veríssimo MLOR. Os educadores de creche e o conflito entre cuidar e educar. *Rev Bras Crescimento Desenvolv Hum*. 2007; 17(1):13-25.
31. Maranhão DG, Sarti CA. Cuidado compartilhado: negociações entre famílias e profissionais em uma creche. *Interface (Botucatu)*. 2007; 11(22):257-70.

This exploratory study aimed to gain an insight into the relationship between the work and health of teachers and monitors in a public nursery in Vitória da Conquista in the State of Bahia, Brazil. Semi-structured interviews were conducted with ten teachers and monitors. A content analysis of the interview transcripts identified four main themes: precarious work, overwork, and work intensification; management, politics, and conflicts; differences between the work of teachers and monitors; and education, health, and care. We conclude that, to promote change, the relationship between work and health should be discussed from the workers' perspective to reinforce cooperation and expand the field of collective creation.

Keywords: Workers' health. Nurseries. Pre-school teachers.



El objetivo de este artículo fue conocer la relación entre el trabajo y la salud de maestras y monitoras de una guardería pública en el municipio de Vitória da Conquista (Bahía, Brasil). Para tanto, se realizó una encuesta cualitativa de carácter exploratorio. Se realizaron diez entrevistas por medio de un guion semiestructurado de preguntas. En lo que se refiere al método empleado para el análisis de los materiales, se adoptó la técnica de análisis de contenido, llegándose a cuatro temas principales: precarización, sobrecarga e intensificación del trabajo; gestión, política y conflictos; diferencias entre el trabajo de maestras y monitoras; educación, salud y el cuidado. Finalmente, se considera necesario que el trabajo, en su relación con la salud, sea objeto de diálogo con vistas a generar cambios, según la perspectiva de los trabajadores, para reforzar el aspecto relativo a la cooperación y ampliación del campo de creación colectiva.

Palabras clave: Salud del trabajador. Guarderías. Maestros de enseñanza pre-escolar.

Submetido em 10/09/18.

Aprovado em 08/11/18.